

A Bíblia Hebraica e suas primeiras traduções

Matheus Santos da Silva¹

Resumo: O estudo aborda o tema da Bíblia Hebraica e suas traduções antigas, ou seja, para o aramaico e para o grego, tendo como objetivo apresentar ao estudante que está iniciando seu percurso no estudo da Bíblia alguns elementos, materiais e dados históricos que possam ajudá-lo a construir um ponto de partida em seus estudos. Pautado numa metodologia bibliográfica, o estudo propicia o conhecimento de alguns detalhes a respeito das traduções aramaicas e gregas da Bíblia Hebraica, como, por exemplo, as diferenças entre os vários Targums (traduções aramaicas) e as diversas recensões da Bíblia grega ou Septuaginta. Além disso, apresenta algumas das características mais marcantes da escrita semítica que influenciam, diretamente, na interpretação do texto hebraico no momento que o exegeta se detém a estudá-lo.

Palavras-chave: Bíblia, targum, septuaginta, tradução, versão.

Abstract: This study is about the Hebrew Bible and its ancient translations to Aramaic and Greek, in order to introduce some historical elements, materials and data that may help beginners build a starting point in their Bible studies. Based on a bibliographic methodology, this study provides the knowledge of some details about the Aramaic and Greek translations, such as the differences between the various Targums (Aramaic translations)

1 Graduando em Teologia pela Faculdade Diocesana São José – FADISI (AC). Este artigo é resultado das aulas de Introdução à Sagrada Escritura e foi escrito sob orientação do Prof. Me. Antonio Macedo dos Santos, professor de Introdução à Sagrada Escritura na FADISI.

and the various recensions of the Greek or Septuagint Bible. In addition, it presents some of the most striking features of the Semitic writing that directly influence the interpretation of the Hebrew text at the time the exegete looks into it.

Keywords: Bible, targum, septuagint, version.

Introdução

Por detrás das palavras bíblicas, há um trabalho secular de reflexão e síntese. Algumas vezes a dificuldade de se entender este ou aquele termo, esta ou aquela expressão são advindas do desconhecimento, até certo ponto justificável, das muitas sínteses, releituras e revisões pelas quais as Sagradas Escrituras foram passando ao longo de sua milenar história. As dificuldades, também, podem provir de questões relativas à tradução, uma vez que, em geral, o leitor da Bíblia não dispõe das condições para ler o texto sagrado no original.

No entanto, ler a Bíblia no original não é um problema recente. Nos tempos antigos, já havia muita turbulência diplomática.

Por isso, para refletir sobre esta temática, foi que organizamos este artigo. O objeto de estudo é a Bíblia Hebraica – Antigo Testamento – e as suas mais conhecidas traduções na Antiguidade. Estas versões ou traduções nos servem, hoje, como fontes para a análise bíblica, visto que o objetivo do artigo é apresentar ao estudante, que está iniciando seu percurso no estudo da teologia bíblica, alguns elementos, além de materiais e dados históricos que possam ajudá-lo traçar um ponto de partida, ainda que muito simples, para seus estudos.

Sendo assim, para alcançar esse objetivo, servimo-nos de uma metodologia bibliográfica e organizamos os textos em três seções. Na primeira, *A Bíblia Hebraica*, apresentamos o processo de escrita das Sagradas Escrituras israelitas, ou seja, o processo de transição de um conhecimento oral e tradicional para sua forma escrita.

Já na segunda seção, *O Targum*, vamos conhecer a primeira grande tradução dos textos sagrados. Com o império persa se tornando cada vez mais forte, a língua hebraica perdeu espaço para a

aramaica. Para poder adequar o texto sagrado à realidade do povo, as autoridades judaicas tiveram de proceder a uma tradução, que, todavia, possui traços por demais singulares.

Por fim, a terceira seção é dedicada à tradução grega do AT: *A Septuaginta*. Nesta seção, acenaremos, brevemente, algumas particularidades da tradução grega realçando seu impacto nas Bíblias que temos hoje.

1. A Bíblia Hebraica

A Bíblia Hebraica é conhecida pelos cristãos como AT. Trata-se, segundo Gottwald, de uma obra literária ampla e, indubitavelmente, o ponto de partida, do qual se serviram autoridades religiosas e tradutores para a elaboração de novas versões e traduções. Ainda, conforme o autor, ela foi escrita entre:

1200 e 125 a.C., em geral em hebraico, mas com breves passagens em aramaico. Foi transmitida em sequência desde a antiguidade até o presente por comunidades judaicas religiosamente observantes. No transcurso dos séculos foi passada em cópias manuscritas até que, após a invenção da imprensa em 1480, tornou-se também acessível em edições impressas².

Com base nisto, pode-se dizer que antes de ser escrita, houve um extenso período de tempo, no qual o povo hebreu conservou na tradição oral as prescrições da Lei (Pentateuco) e os ditos proféticos, pelos quais a vida em Israel era regida. Contudo, deve-se ressaltar que, mesmo com a tradição verbal, não se exclui a existência de alguns escritos, já nesse período, que, possivelmente, apareceram como fragmentos importantes do Pentateuco que serviam de fundamentação ao culto e à legislação.

Porém, com o aprimoramento da escrita, iniciou-se, então, a confecção de textos manuscritos que foram passo a passo organizados. Foi um processo que “rompeu os séculos”³. Termina-

2 Norman GOTTWALD, *Introdução socioliterária à Bíblia Hebraica*, 1998, p. 88.

3 *Idem*, p. 89.

da a fase da escrita, veio a etapa de organização do *cânon*⁴, pois era necessário fazer uma seleção de textos, devido aos numerosos fragmentos textuais existentes, que nem sempre traziam no seu corpo a autêntica mensagem da Revelação, no entendimento das autoridades religiosas da época. Por isso, no século I d.C., os judeus já possuíam uma coleção de livros sagrados que eles sustentavam serem inspirados por Deus e nos quais viam a expressão da vontade divina. Esses livros foram distribuídos entre as três seções: a Lei, os Profetas e os Escritos⁵.

4 O termo grego *kanon* significava, originalmente, uma “vara de medir” e, mais tarde, num sentido derivado, uma “regra” ou “norma” para a vida. Barrera explica que o estabelecimento definitivo de um cânon de livros sagrados era sempre competência da autoridade religiosa que, de modo conciliar ou não, fixa a lista dos textos canônicos e ao mesmo tempo exclui os livros não admitidos. É um fenômeno histórico-social, determinado e condicionado por variadas circunstâncias. O processo histórico, pelo qual os livros do AT foram assumindo um caráter canônico, estendeu-se, provavelmente, por séculos. Antes do estabelecimento de um cânon, não houve uma ideia dele. A ideia foi crescendo à medida que o cânon ia se formando. No que tange ao AT, Barrera reporta interpretações que diferenciam o livro “canônico” do livro “inspirado”. O “canônico” era usado para o ensino e a prática religiosa, enquanto o “inspirado” se supunha ter sido composto por inspiração divina, o que desembocará na seguinte situação: um livro canônico não precisa ser inspirado; um livro inspirado é tido como canônico; por fim, um livro poderia ser canônico e inspirado. Houve um período, o *tanaíta*, em que a obra *Mguila ta annit* era canônica, mas não inspirada. Os tanaítas consideraram que uma escritura para ser sagrada deve reunir, ao mesmo tempo, as condições de inspiração e canonicidade. Para o AT, os critérios de canonicidade foram a *autoridade* do texto e sua *antiguidade*. Reconheceu-se caráter sagrado aos livros considerados de origem mosaica ou profética e que remontavam a uma época anterior à interrupção da cadeia sucessória de profetas. Isto havia ocorrido no tempo do rei Artaxerxes (465-423 a.C.). Então, os livros considerados canônicos deveriam ter sido escritos antes desta época. O livro de Daniel foi editado mais tarde. Ainda assim, conseguiu entrar na lista dos canônicos só por estar sob o nome do profeta, Daniel, que, supostamente, viveu na época persa. Há uma ideia, muito vaga, de que a *Torá* foi considerada canônica no século V a.C., os Proféticos no ano 200 a.C. e os Escritos entre os séculos I-II d.C. Porém, a discussão toda conheceu seu fim no chamado concílio de Jâmnia. (Cf. Julio Treballe BARRERA, *A Bíblia judaica e a Bíblia Hebraica: introdução à história da Bíblia*, 1995, p. 384-385; Wilfrid HARRINGTON, *Chave para a Bíblia*, 1985, p. 52).

5 Cf. Wilfrid HARRINGTON, *Chave para a Bíblia*, 1985, p. 52.

Na verdade, essa organização das Sagradas Escrituras judaicas recebe o nome de *TaNaK*. Essa palavra é uma espécie de acrônimo onde cada consoante representa uma coletânea de textos sagrados. Assim, o *Ta* representa a *Torá*, que significa a Lei ou o Pentateuco; o *Na* representa os “profetas”, palavra que em hebraico pode ser grafada *nabî-im*⁶. E o *K*, por sua vez, representa os *Kethuvim*, os Escritos. Todos somados perfazem um total de 24 livros na conta judaica.

Sobre a *Torá*, esta se compõe dos livros do Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio; os *Nevi'im* eram Josué, Juízes, 1 e 2 Samuel, 1 e 2 Reis, os chamados profetas anteriores, depois temos Isaías, Jeremias, Ezequiel, e aqueles conhecidos como os Doze profetas menores⁷. Os *Kethuvim* traziam os livros dos Salmos, Jó, Provérbios, Rute, Cântico dos Cânticos, Eclesiastes, Lamentações, Ester, Daniel, Esdras-Neemias e 1 e 2 Crônicas.

A língua empregada na escrita da *TaNaK* foi, basicamente, a hebraica, com exceção de alguns fragmentos escritos em aramaico, mais “precisamente: Esd 4,8-6,18;7,12-26; Dn 2,4-7,28; duas palavras em Gn 31,47 e uma frase em Jr 10,11”⁸. As for-

6 Cf. Gaetano SAVOCA, Profezia, in *Nuovo dizionario di teologia biblica*, 1988, p. 1233.

O texto hebraico possibilita outras formas de grafia para “profeta”, como *nevi-im*, por exemplo.

7 O grupo dos doze é composto por Oseias, Joel, Amós, Abdias, Jonas, Miqueias, Naum, Habacuc, Sofonias, Ageu, Zacarias e Malaquias.

8 Valerio MANNUCCI, *Bíblia Palavra de Deus*, 1985, p. 52.

A característica mais particular da estrutura linguística do hebraico e das línguas semíticas em gênero é a composição tríltera das raízes. Barrera cita, como exemplo, a raiz formada pelas consoantes MLK, as quais podem formar o substantivo MeLeK (“rei”), a forma verbal MaLaK (“ele reinou”). Entretanto, foi somente no século XI que o texto bíblico começou a ser vocalizado. Deste modo, as vogais foram sinalizadas por pequenos sinais entre as consoantes na parte superior da palavra. O mais famoso grupo de exegetas que vocalizaram o texto hebraico é conhecido como Masoretas, os quais, nas bíblias de hoje, são representados pela sigla TM. Vale destacar, ainda, que foi preciso vocalizar, por causa da ascensão da língua árabe que ocasionava um esquecimento constante da correta pronúncia das palavras hebraicas. Em 1Rs 5,32 o texto vocalizado entende *bonê* como “construtores”, enquanto a tradução grega do AT entende *bonê*, “filhos”. Caso o estudioso não disponha de uma fonte vocalizada, a

mas orais que, conseqüentemente, refletiram sua estrutura literária vão desde a narrativa, passando pelos hinos e cânticos de ação de graças, lamentações, leis, regulamentos sacerdotais, ditos proféticos até os aforismos e provérbios. Com relação a isto, há uma tradição hebraica segundo a qual a *TaNaK* possui um significado especial, de modo que os rolos dos textos bíblicos “sujam as mãos”, porque possuem um caráter sagrado. Por este motivo, depois de tocá-los, no uso litúrgico, é preciso lavar as mãos num gesto de ablução.

Quanto à formação da Bíblia Hebraica, esta pode ser dividida em três fases. Gottwald propõe a seguinte organização:

1. A etapa *da formação das unidades literárias separadas*, orais e escritas, as quais finalmente se tornaram uma parte da Bíblia Hebraica, desde aproximadamente 1200 a.C. até 100 d.C.

2. A etapa *da formação final da Bíblia Hebraica* como coleção autorizada da escrita, em três partes (Lei, Profetas e Escritos), que começa por volta de 400 a.C. com a Lei como o núcleo, suplementada mais tarde pelos Profetas, e que culmina por volta de 90 d.C. com delimitação das fronteiras dos Escritos.

3. A etapa *da preservação e transmissão da Bíblia Hebraica*, tanto na língua original como em traduções para outras línguas⁹.

Acerca da hipótese mais creditada para explicar como o processo de escrita da Bíblia Hebraica pôde ser efetuado, pelo menos no que se refere ao Pentateuco, a que melhor corresponde é a Documental. O Pentateuco seria “um amálgama de quatro documentos – J (Javista), E (Eloísta), D (Deuteronômico) e P (Sa-

única solução para diferenciar se é um substantivo ou uma forma verbal é observar o contexto da palavra. Para se indicar tempo e pessoa se usam prefixos, infixos e sufixos nas raízes. Por exemplo, MeLaK-TeM (“vós reinastes”), HiMiLiK (“ele fez reinar”). As palavras que derivam de um mesmo radical se formam do mesmo jeito: MaLKâH (“rainha”), MaLKûT, (“reino”), MaMLaKaH (“soberania”), etc. Além disso, a língua é limitada em adjetivos, por isso costuma-se dizer o “Santo dos Santos”, entendendo com isso “Santíssimo”. O mesmo vale quando se fala “Santo, Santo, Santo...” (Cf. Julio Trebolle BARRERA, *op. cit.*, p. 71).

9 Norman GOTTWALD, *op. cit.*, p. 89.

cerdotal)”¹⁰. As formulações mais importantes a respeito dessas hipotéticas fontes são ligadas ao nome do exegeta alemão Julius Wellhalsen (1844-1918).

Considera-se, também, que os demais segmentos da *TaNaK* não tenham sido originados a partir destas quatro fontes, mas de outras tradições que, em suma, tiveram sua origem em movimentos de preservação do povo de Israel.

Literatura à parte, estes movimentos exerceram grande papel nos momentos em que a Lei era subjugada pelas forças dos grandes impérios do Antigo Oriente e, ao surgir desse contexto, difundiram-se pelas comunidades hebraicas exiladas, como é o caso do *movimento profético* e da *literatura sapiencial*. Sobre isto, Konings realça a ideia de que “percorrendo o período desde o Êxodo até o exílio, percebemos que na história do Israel antigo surgiram textos [...] que testemunham a compreensão que o povo e seus ‘expoentes proféticos’ tinham daquilo que ‘Deus fazia com eles’”¹¹.

Vale destacar, então, que os professores e exegetas costumam se referir ao texto hebraico do AT como “hebraico bíblico”. Contudo, Barrera observa que isto é mais uma ficção que um fato, pois o AT contém um milênio de desenvolvimento linguístico. Assim, as Sagradas Escrituras judias refletem hebraicos diversos, regionalismos até, como, por exemplo, em Gn 4,13, que depois de ter assassinado seu irmão, Caim se queixa ao Senhor de que sua “culpa” é insuportável, entretanto, “culpa”, mais tarde, veio a significar , conforme Barrera, “crime” ou “pecado”.

10 Wilfird HARRINGTON, *op. cit.*, p. 219.

A fonte J vem de um autor que prefere se referir ao Senhor como YHWH ou *JaHWeH*, daí a nomenclatura *javista*. Já a fonte E se refere ao Senhor com a nomenclatura *Eloim*, enquanto que a fonte D instrui o homem de fé de modo didático e exortativo e sua instrução é mais clara no livro do Deuteronômio. Por fim, J é mais interessado na construção de códigos rituais e litúrgicos. (Cf. Norman GOTTWALD, *op. cit.*, p. 140; Antonio Macedo dos SANTOS, *A relação com Deus: uma reflexão sobre a Antiga e a Nova Aliança à luz de Jo 2,1-12*, 2018, p. 39).

11 Johan KONINGS, *A Bíblia, sua origem e sua leitura: Introdução ao estudo da Bíblia*, 2011, p. 61.

Esta mudança de significado propiciou aos exegetas judeus considerar a figura de Caim não mais como um assassino, mas como um “pecador arrependido”, um “culpado”, como lê a Bíblia de Jerusalém. Esta leitura representa uma tendência teológica, mas também é fruto de ambiguidades no texto bíblico, considera Barrera¹².

Com isto, sabe-se que o texto sagrado estava na língua judaica, porém ao que parece as traduções mais relevantes começaram a acontecer pelo século VI a. C., mas é difícil precisar datas quanto a isto, no entanto o que se sabe é que elas foram feitas em língua aramaica no contexto exílico e pós-exílico, ficando conhecidas como *Targuns*.

Por fim, antes de adentrar na segunda seção, convém diferenciar uma tradução de uma versão. Uma tradução é a transposição de um texto para outra língua, enquanto que a versão é o modo como se formula o texto, o que requer um volume de interpretação ao inserir uma figura de linguagem, por exemplo¹³. No caso do AT, as primeiras traduções, também, são versões, motivo pelo qual os dois termos são tomados como sinônimos neste artigo. Feita essa notação passemos à segunda seção.

2. Os Targuns

Ao final do exílio na Babilônia, o hebraico clássico que havia sobrevivido no texto litúrgico e bíblico, não era mais entendido, tanto que fora suplantado pela língua irmã, a aramaica. Para o leitor ou ouvinte, esta rarefeita compreensão da *TaNak* continha risco de mal-entendidos e deformações, por isso, segundo Konings, para evitá-los, surgiu uma prática descrita em Ne 8,8, que consistia em ler o texto em hebraico e depois explicar o sentido dos vocábulos. Mas, pondera Konings, com isso, não foi possível, para as pessoas que não conheciam o hebraico, formular um sentido do texto para suas vidas. Assim, foi preciso uma *tradução interpretativa*, uma *versão*, já que é interpretativa: o *Targum*¹⁴.

12 Cf. Julio Trebolle BARRERA, *op. cit.*, p. 75.

13 Cf. Johan KONINGS, *op. cit.*, p. 61.

14 Cf. *Idem*, p. 61.

Sabe-se que existiram vários *Targuns* e como se tratava de versões, suas redações eram dotadas de pontos de interpretação que facilitavam a compreensão e a adequação das comunidades sem se distanciar da fonte original. Porém, os *Targuns* que chegaram até nós são relativamente recentes, pois datam do século V d. C, deste modo, segundo Konings, “para nós importa aprender dos *targuns* que o texto original não se modifica. Se for preciso esclarecê-lo, seja parafraseado, mas *a letra escrita do texto original é referência imutável*”¹⁵.

Sendo assim, a palavra chave nessa citação é “parafraseado”, pois, basicamente, um *Targum* é uma paráfrase. Quanto mais ela foi se aprimorando mais passaram a ter uso extrassinagoral e a adquirir caráter literário acentuado. Conhecendo, então, esse caráter literário, os estudiosos puderam perceber que há variações ligadas à língua, pois o aramaico podia ser mais literário ou mais popular. Além disto, existiam tendências de interpretação textual ligadas, também, ao lugar de origem, já que podiam os *Targuns* provir da Babilônia ou da Palestina¹⁶. Na tabela abaixo, temos os títulos e principais características dos que se conservaram até hoje, a partir da organização proposta por Konings¹⁷.

TARGUM	CARACTERÍSTICA
Ônkelos	• Próximo ao texto hebraico; • Oficial para o Pentateuco; • Originário da Judeia; • Acolhido na Babilônia; • Século V d.C. ou posterior a isto;

15 *Idem*, p. 113.

16 Cf. Julio Treballe BARRERA, *op. cit.*, p. 384-385.

17 Cf. Johan KONINGS, *op. cit.*, p. 115.

Jônataam	• Bastante próximo ao texto hebraico; • Oficial para os Profetas anteriores (Js, Jz, 1-2 Sam, 1-2 Rs) e posteriores (Is, Jr, Ez e os doze profetas menores) • Originário da Judeia; • Acolhido na Babilônia; • Século V d.C. ou posterior a este período; • Mais perifrástico (redundante) que Ônkelos.
Palestinense I: Yerushálemi I-II	• Pentateuco incompleto; • Exposição narrativa livre/<i>hagadá</i>; • Contém assuntos místicos e metafísicos;
Palestinense II: Pseudo-Jônataam, Fragmentário, Fragmentos do Cairo e Codex Neophyti I	• Pseudo-Jônataam: as paráfrases estendem o texto quase que duplamente ao tamanho de seu original hebraico; • Fragmentário: textos relacionados ao Pentateuco. É sistemático. Paráfrase Extensa; • Fragmentário do Cairo: comprova a existência de diferentes recensões dos targuns palestinos; • Codex Neophyti I: Paráfrase mais originais. Supõe que tenha recebido influência de Ônkelos;

Hagiógrafos/ <i>Ketuvim</i>	• Trata de Pr, Sl e Jo; • Alguns Próximos ao hebraico outros distantes.
-----------------------------	--

Essa tabela condensa muitas informações que podem ser ainda mais especificadas, de modo que cumpriria explicá-la mais detidamente, todavia, para nossa finalidade, ela está adequada, pois resume os documentos em aramaico que os exegetas dispõem hoje para conhecer mais profundamente o AT.

Entretanto, antes de tratar sobre a tradução do AT para o grego, podemos ressaltar alguns traços do aramaico.

Os estudiosos dividem a história do aramaico em três períodos: o antigo, o médio e o recente. O aramaico antigo é o da diplomacia assíria. Esd 7,12-26 reproduz um decreto real com vocabulário diplomático, cuja datação é aproximada ao século VII a.C.

Já o aramaico médio é mais fácil de ser identificado em textos targúmicos, como o Targum de Jó e Ônkelos. O NT, também, tem expressões aramaicas, como *thalitha kumi*, *maranatha*, *efatha*, *rabouni* e *elloi lama sabachtani*. Vale destacar que o aramaico médio é datado entre 300 a. C. e 200 d. C.

Desta data até o ano 900, entende-se que há um aramaico recente. É o aramaico de targuns palestinos, por exemplo¹⁸. Além dessa versão da Bíblia Hebraica, existe, ainda, outra grande versão/tradução para o AT: a grega, conhecida como LXX ou a Septuaginta.

3. A Septuaginta

A Septuaginta ou LXX foi a primeira tradução da Bíblia Hebraica para a língua grega. Ela constitui o primeiro exemplo de tradução de um corpo de literatura sagrada, legal, histórica e poética de um povo semita para o horizonte conceitual grego. Assim como para os *Targuns*, podemos constatar que, também, para a

18 Jose ENCHEGARY *et alii*, *A Bíblia e seu contexto*, 2000, p. 419-422.

LXX, existiram condições objetivas que provocaram a tradução.

No século IV a.C, Alexandre Magno expandiu o império macedônico e conquistou as terras do Oriente Antigo, inclusive a Palestina. Em todo império, ele promoveu o grego como língua franca para o comércio, cultura, administração e diplomacia. Muitos judeus da diáspora (fora da Palestina) e tantos outros na Palestina passaram a usar esta língua.

Foi sobremaneira na cidade de Alexandria, no Egito, que a comunidade judaica teve uma participação marcante na cultura grega ou helenista, isto porque, no século III a.C., os judeus de Alexandria, incentivados pelo rei egípcio Ptolomeu II, iniciaram a tradução da *TaNaK* para o grego.

Quanto a isto, há uma lenda segundo a qual setenta sábios traduziram toda a Bíblia e, para a surpresa de todos, quando compararam as traduções viram que todas eram iguais. Daí o nome Septuaginta ou LXX.

Dessa forma, a importância da LXX, como nota Barrera, não se limita ao estudo bíblico, mas toca a história cultural e literária do ocidente e oriente europeus e do Oriente Médio semita, apesar das tantas ramificações que esses focos de cultura – bizantino, latino, semita – tiveram. Até a descoberta dos chamados Manuscritos do Mar Morto, pensava-se que a versão grega fosse a única para o estudo da história do texto da Bíblia Hebraica, assim como para o estudo das ideias teológicas e exegéticas do judaísmo alexandrino e palestino¹⁹.

Cabe ressaltar que a LXX possui mais livros que a Bíblia Hebraica. Estes livros são aqueles que hoje nós chamamos “deuterocanônicos”, aceitos pelos cristãos católicos em parte e totalmente pelos cristãos ortodoxos. Os católicos incorporaram Judite, Tobias, 1º e 2º Macabeus, Eclesiástico, Sabedoria e Baruc. Os ortodoxos incorporaram estes e mais outros: 1º (3º) Esdras, 3º e 4º Macabeus, Odes e Salmos de Salomão²⁰.

É importante destacar ainda que, na verdade, a Bíblia grega é uma antologia de traduções e de revisões de caráter e estilos bastante diferentes, dos quais intervieram dois fatores. O primeiro fa-

19 Cf. Julio Trebolle BARRERA, *op. cit.*, p. 376.

20 Cf. Johan KONINGS, *op. cit.*, p. 115.

tor é o externo, cujos grandes códices se formaram do recolhimento de cópias de rolos de origem e caráter diversos. Já o segundo fator afeta a própria tradução, a qual diversos autores traduziram os diversos livros com técnicas e estilos diferentes²¹.

Ao longo de sua história, o texto da LXX passou por diversas modificações e tentativas de aproximá-la ainda mais da Bíblia Hebraica. Contudo, essas tentativas consistiam em revisões para verificar os vários erros introduzidos nas cópias, melhorar a linguagem de forma que se tornasse similar ao texto hebraico. Elas são conhecidas como recensões.

Quanto a estas, existem as recensões cristãs assinaladas por Hesíquio, Luciano e Orígenes e; as recensões judaicas de Símaco, Áquila e Teodocião. Os três primeiros fizeram revisões estilísticas (Hesíquio), acrescentaram anexos para aproximá-la do texto hebraico (Luciano) e empregaram uma criticidade bastante avançada através das *Hexáplas*²² (Orígenes). Já o segundo grupo é formado por autores judeus que revisaram a LXX. Eles realizaram uma tradução fiel (Símaco), reproduziram o texto de forma detalhada a partir do original hebraico (Áquila) e, revisaram o texto grego mais antigo (Teodocião)²³.

Os primeiros cristãos eram, em sua maioria, judeus de cultura grega. Portanto, liam a Bíblia em grego, especialmente a LXX. Esse motivo leva os estudiosos, hoje, a tomarem em elevada estima esta versão da Bíblia. Foi por ela, por exemplo, que os evangelistas se orientaram para citar o AT.

21 Cf. Julio Trebolle BARRERA, *op. cit.*, p. 376.

22 A *Hexapla* foi uma tradução em grego organizada pelo grande exegeta Orígenes. Ele dispôs em seis (Hexa) colunas o texto sagrado. Na primeira Coluna, vinha o texto em hebraico, na segunda o texto hebraico transliterado para o grego, depois vinham a LXX, a versão da LXX de Áquila, a de Símaco e, finalmente, a de Teodocião. Na verdade, as diversas comunidades judaicas da diáspora conheciam a Bíblia grega em coleções, certamente bem diferentes umas das outras; o número dos livros recolhidos em cada coleção podia ser maior ou menor e o texto de cada livro podia ser o original da versão ou um revisado, conforme o texto hebraico mais recente. Essa diversidade parece ter causado dissonâncias, o que justifica a atividade exegética de Orígenes em dar certa racionalidade aos escritos. (Cf. Julio Trebolle BARRERA, *op. cit.*, p. 354).

23 Cf. Johan KONINGS, *op. cit.*, p. 115.

Por fim, para concluir esta seção e passarmos às considerações finais, podemos notar que, assim como para os *Targums*, a LXX é mais que uma tradução, pois ela formulou o texto a sua maneira, talvez por se inscrever num ambiente religioso bastante autônomo em relação ao ambiente de Jerusalém, centro do judaísmo, tanto que foi possível às autoridades rabínicas interpretarem que havia mais livros inspirados.

Considerações finais

Ao iniciarmos estas reflexões, afirmamos que nosso objetivo, ao abordar o tema do AT e de suas versões/traduições na antiguidade, era apresentar para o estudante que inicia seu percurso no estudo da teologia bíblica alguns elementos, materiais e dados históricos que pudessem ajudá-lo a traçar um ponto de partida, ainda simples, para seus estudos na área bíblica.

Alguns dados foram possíveis elucidar, de modo que na primeira seção, por exemplo, percebeu-se que a *TaNaK*, além de ser um acrônimo, de alguma maneira, um critério de organização dos textos sagrados para o povo de Israel, uma vez que se organizou em primeiro lugar o Pentateuco, depois os Profetas e finalmente os Escritos.

Enquanto isso, na segunda seção, vimos que a primeira tradução dos textos sagrados foi para uma língua de mesmo tronco da hebraica: a aramaica. As traduções funcionaram, também, como versões, pois, sendo fiel à ideia do texto original, encontraram nas paráfrases outras maneiras de transmiti-lo e de colher seus significados.

E, no terceiro capítulo, pode-se verificar esta mesma ideia de versão, mas com a diferença de que com a LXX associada a um ambiente tipicamente grego, ou seja, crítico, iniciou-se um processo de exegeses novo, uma exegese comparativa e sem limitações quanto à postura de propor uma revisão da tradução quando possível. Foi, também, um ambiente de canonização, pois, como vimos, em Alexandria, os rabinos consideraram canônicos outros textos além daqueles vindos de Israel.

Assim, numa palavra derradeira, podemos pensar que o tra-

balho do estudioso da Bíblia é cada vez mais desafiador, visto que uma boa Bíblia, que se tem em mãos, condensa, além do peso histórico e espiritual, o peso do trabalho do exegeta e do biblista que, para propor uma tradução que seja a mais digna possível, tem de levar em consideração documentos tão complexos como os *Targums*, a versão da LXX e o texto Hebraico. Além de tomar ciência da existência e da importância de documentos como estes, interessar-se, por eles, será, talvez, um passo importante para superar os nossos obstáculos para a compreensão da Bíblia no hoje e no amanhã...

Referências

- BARRERA, Julio Trebolle. *A Bíblia judaica e a Bíblia Hebraica: introdução à história da Bíblia*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- ENCHEGARY, Jose. *et alii*. *A Bíblia e seu contexto*. 2ª ed. São Paulo: Ave Maria, 2000.
- GOTTWALD, Norman. *Introdução socioliterária à Bíblia Hebraica*. São Paulo: Paulus, 1998.
- HARRINGTON, Wilfrid. *Chave para a Bíblia*. São Paulo: Paulinas, 1985.
- KONINGS, Johan. *A Bíblia, sua origem e sua leitura: Introdução ao estudo da Bíblia*. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MANNUCCI, Valério. *Bíblia Palavra de Deus*. São Paulo: Paulinas, 1985.
- SANTOS, Antonio Macedo dos. *A relação com Deus: uma reflexão sobre a Antiga e a Nova Aliança à luz de Jo 2,1-12*. Rio Branco: Nepan, 2018.
- SAVOCA, Gaetano. Profezia. In ROSSANO, Piero; RAVASI, Gianfranco; GIRLANDA, Antonio. *Nuovo dizionario di teologia biblica*, Cinisello Balsamo (Milano): Pauline, 1988, p. 1232-1247.

